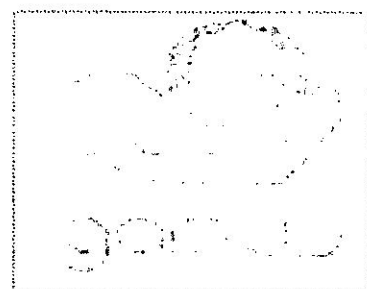


Política de Investimento

2017 a 2021

Instituto de Seguridade Social da CEG

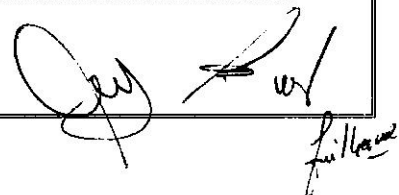


Plano BD

Levy *filler*
w/

Sumário

1	INTRODUÇÃO	4
2	CARACTERÍSTICAS DA ENTIDADE	4
2.1	CARACTERÍSTICAS DOS PARTICIPANTES	5
2.2	CARACTERÍSTICAS DA PATROCINADORA	5
3	GOVERNANÇA CORPORATIVA	5
4	DIRETRIZES GERAIS	5
4.1	INFORMAÇÕES SOBRE CUSTODIANTE E LIQUIDANTE	6
4.2	INFORMAÇÕES SOBRE O AUDITOR INDEPENDENTE	6
5	PLANO DE BENEFÍCIOS	7
5.1	EXPECTATIVAS DE RETORNO	7
6	PASSIVO ATUARIAL	8
7	ALOCAÇÃO DE RECURSOS E LIMITES POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO	9
7.1	BENCHMARKS POR SEGMENTO E METAS DE RENTABILIDADE	9
8	LIMITES	10
8.1	CONCENTRAÇÃO DE RECURSOS POR MODALIDADE DE INVESTIMENTOS	10
8.2	ALOCAÇÃO POR EMISSOR	11
8.3	CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	11
8.4	CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	12
8.5	LIMITES ESPECÍFICOS	12
8.5.1	RENDA FIXA	12
8.5.2	RENDA VARIÁVEL	13
8.5.3	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	13
8.5.4	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	13
8.5.5	INVESTIMENTO EM IMÓVEIS	13
8.5.6	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	14
9	DERIVATIVOS	14
10	APREÇAMENTO DE ATIVOS FINANCEIROS	15
11	AVALIAÇÃO DOS INVESTIMENTOS	15
11.1	INVESTIMENTOS COM RISCO DE CRÉDITO	15
11.2	INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	16
11.2.1	FUNDOS MULTIMERCADOS ESTRUTURADOS	16
11.2.1.1	EXPOSIÇÃO CAMBIAL	16
11.3	INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	16
11.4	MONITORAMENTO DOS INVESTIMENTOS	17
12	GESTÃO DE RISCO	17
12.1	RISCO INTEGRADO	17
12.2	RISCO ATUARIAL	18
12.3	RISCO DE MERCADO	18
12.3.1	VAR	18
12.3.2	BENCHMARK-VAR	19
12.3.3	STRESS TEST	19
12.4	RISCO DE CRÉDITO	20
12.4.1	ABORDAGEM QUALITATIVA	20
12.4.2	EXPOSIÇÃO A CRÉDITO PRIVADO	21
12.5	RISCO DE LIQUIDEZ	22
12.6	RISCO OPERACIONAL	22



12.7	RISCO DE TERCEIRIZAÇÃO	23
12.7.1	PROCESSO DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO DE GESTORES	23
12.8	RISCO LEGAL.....	24
12.9	RISCO SISTÊMICO.....	24
13	CONTRATAÇÃO DE AGENTES FIDUCIÁRIOS	24
14	DESENQUADRAMENTOS	25
15	OBSERVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS SOCIOAMBIENTAIS	25

Handwritten signatures and initials in the bottom right corner.

1 Introdução

A presente Política de Investimentos estabelece os princípios e diretrizes que devem reger os investimentos dos recursos confiados ao Instituto de Seguridade Social da CEG, com a finalidade de promover a segurança, liquidez e rentabilidade necessárias para assegurar o equilíbrio entre ativos e passivos do Plano de Benefícios.

Os limites e critérios aqui estabelecidos estão fundamentados na Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, e alterações posteriores, legislação que estabelece as diretrizes para aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Entende-se, dessa forma, que as diretrizes ora estabelecidas são complementares àquelas definidas pela resolução e alterações posteriores, não estando os administradores ou gestores, em nenhuma hipótese, dispensados de observar as regras de elegibilidade, restrições, limites e demais condições estabelecidas pela legislação aplicável, ainda que estas não estejam transcritas neste documento.

2 Características da Entidade

O Gásius administra apenas um plano previdenciário do tipo Benefício Definido e que está fechado para novas adesões desde junho do ano 2004.

O plano apresenta-se equilibrado atuarialmente, com um valor total de seus ativos de R\$ 447.699 mil e superávit acumulado até o mês de outubro de 2016 de R\$ 12.521 mil. Este superávit considera para os cálculos das provisões matemáticas a aplicação da tábua biométrica de longevidade AT 2000 suavizada em 10%, e taxa atuarial de 5% a.a. para atendimento ao previsto na Resolução nº 09 de 29/11/2012 do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Seguem as principais contas que compõem o ativo e o passivo do plano na posição de outubro de 2016, em mil reais:

Recursos garantidores R\$ 445.407

Confissão de Dívida – Zero

Outros Ativos R\$ 2.292

Ativo Total R\$ 447.699

Provisões matemáticas R\$ 424.961

Superávit R\$ 12.521

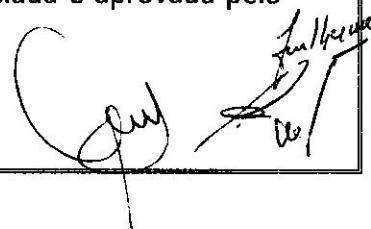
Fundo Administrativo R\$ 6.574

Outras Obrigações R\$ 3.643

Passivo Total R\$ 447.699

Para apuração do balanço de 2016 será considerada a taxa atuarial de 5,5% a.a. em conformidade com estudo de adequação da taxa de juros elaborado em setembro de 2016 pela Rodarte Nogueira. Consultoria em Estatística e Atuária, atuário do plano, o qual foi aprovado pelo Conselho Fiscal em 21/10/2016.

Complementando decisão do Conselho Fiscal, em 25/10/2016 a Diretoria Executiva além de aprovar o citado estudo, decidiu propor ao Conselho Deliberativo, com base no mesmo, a elevação da taxa de juros do plano de 5% para 5,5% a.a., proposta essa que foi apreciada e aprovada pelo Conselho Deliberativo em reunião ocorrida em 27/10/2016.



2.1 Características dos Participantes

O Gásius apresenta uma massa de participantes madura, totalizando em outubro de 2016 o quantitativo de 1.100. Este total é composto por 696 assistidos, 352 pensionistas e 52 participantes ativos.

2.2 Características da Patrocinadora

As Patrocinadoras são a própria Entidade e a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG que atua como concessionária de serviços públicos na área de distribuição de gás canalizado na região metropolitana do Rio de Janeiro.

3 Governança Corporativa

A adoção das melhores práticas de Governança Corporativa garante que os envolvidos no processo decisório da Entidade cumpram seus códigos de conduta pré-acordados a fim de minimizar conflitos de interesse ou quebra dos deveres.

A gestão da entidade segue princípios e práticas de governança, gestão e controles internos adequados ao seu tamanho, complexidade e riscos inerentes aos planos de benefícios, de modo a garantir o total cumprimento de seus objetivos.

Assim, com as responsabilidades bem definidas, compete à Diretoria Executiva a administração da Entidade e a elaboração da Política de Investimento, devendo submetê-la para aprovação ao Conselho Deliberativo, o principal agente nas definições das políticas e das estratégias gerais da Entidade. Cabe ainda ao Conselho Fiscal o efetivo controle da gestão da entidade onde, de acordo com o Art. 19º da Resolução CGPC n.º 13, de 1º de outubro de 2004, deve emitir relatório de controles internos em periodicidade mínima semestral sobre a aderência da gestão de recursos às normas em vigor e a esta Política de Investimento.

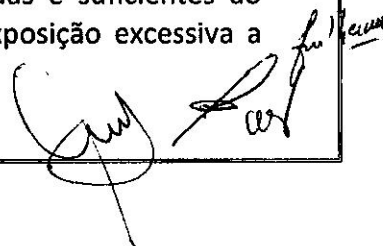
Esta estrutura garante a adoção das melhores práticas de governança corporativa, evidenciando a segregação de funções adotada inclusive pelos órgãos estatutários.

Ainda de acordo com os normativos, esta Política de Investimento estabelece os princípios e diretrizes a serem seguidos na gestão dos recursos correspondentes às reservas técnicas, fundos e provisões, sob a administração da entidade, visando atingir e preservar o equilíbrio atuarial e a solvência do Plano.

4 Diretrizes Gerais

Para o ano de 2017 optou-se pela manutenção de uma formatação estrutural do patrimônio do plano, segmentada em gestão interna e gestão externa, esta através de fundos abertos. Será mantido sob gestão interna aplicações em expressiva carteira de títulos públicos, a totalidade dos investimentos imobiliários e de empréstimos a participantes, e parte dos investimentos em renda variável. Com a gestão externa ficarão as aplicações em fundos abertos de renda fixa e de renda variável que estejam adaptados à legislação que rege as Entidades Fechadas de Previdência Complementar e, em especial, à Resoluções CMN 3792 e CMN 4.275.

Os princípios, metodologias e parâmetros estabelecidos nesta Política de Investimento buscam garantir, ao longo do tempo, a segurança, liquidez e rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos e passivos do plano, bem como procuram evitar a exposição excessiva a



riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do plano.

Esta Política de Investimento entrará em vigor em 01 de janeiro de 2017. O horizonte de planejamento utilizado na sua elaboração compreende o período de 60 meses que se estende de janeiro de 2017 a dezembro de 2021, conforme especifica a Resolução CGPC Nº 7, de 4 de dezembro de 2003.

Esta política está de acordo com a Resolução CMN 3.792, mais especificamente em seu Capítulo 5-“Da Política de Investimento”, que dispõe sobre parâmetros mínimos como alocação de recursos e limites, utilização de instrumentos derivativos, taxa mínima atuarial ou índices de referência do plano, as metas de rentabilidade, metodologias adotadas para o apreçamento dos ativos financeiros e gerenciamento de riscos, além dos princípios de responsabilidade socioambiental adotados.

Havendo mudanças na legislação que de alguma forma tornem estas diretrizes inadequadas durante a vigência deste instrumento, esta Política de Investimentos e os seus procedimentos serão alterados gradativamente de forma a evitar perdas de rentabilidade ou exposição desnecessária a riscos. Caso seja necessário, deve ser elaborado um plano de adequação, com critérios e prazos para a sua execução, sempre com o objetivo de preservar os interesses do Plano.

Se nesse plano de adequação o prazo de enquadramento estabelecido pelas disposições transitórias da nova legislação for excedido, a Entidade deverá realizar consulta formal ao órgão regulador e fiscalizador de acordo com a Instrução Normativa da PREVIC nº 4, de 6 de julho de 2010 que disciplina o encaminhamento de consultas à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

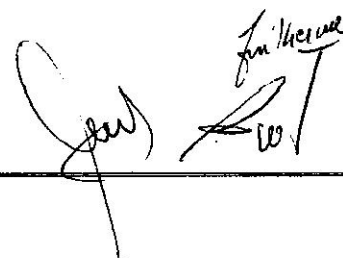
4.1 Informações sobre Custodiante e Liquidante

O Banco Itaú S.A é a instituição financeira responsável pelas atividades de custódia de títulos, valores imobiliários e ativos financeiros e pelos fluxos de pagamentos e recebimentos relativos às operações realizadas no âmbito dos segmentos de renda fixa e de renda variável, além da consolidação e do acompanhamento das movimentações feitas pela Entidade com títulos e valores mobiliários.

Em que pese a confiança depositada em nosso tradicional custodiante, manteremos em 2017 nossos controles complementares mediante comparações mensais dos relatórios do nosso custodiante com os relatórios das custódias oficiais (SELIC, CETIP e CBLC).

4.2 Informações sobre o Auditor Independente

Para o ano de 2017 a Fernando Motta & Associados Auditores independentes foi a vencedora de procedimento licitatório que selecionou a empresa de auditoria que verificará a autenticidade e validará os demonstrativos contábeis, os controles e procedimentos internos, a adequação dos investimentos à legislação e em especial às Resoluções CMN 3792 e CMN 4.275, por ter atendido às condições de qualificação exigidas para execução de tais serviços, já ter se desempenhado a contento em serviços de auditoria contábil prestados ao Gásius, e ter apresentado o menor preço para execução destes serviços.



Two handwritten signatures are present at the bottom right of the page. The signature on the left is a stylized cursive signature, and the signature on the right is a more formal signature with a vertical line extending downwards.

5 Plano de Benefícios

Os planos de benefícios em operação no Brasil devem estar registrados no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB) das Entidades Fechadas de Previdência Complementar, conforme estabelece a Resolução CGPC nº 14, de 1º de outubro de 2004.

Além disso, toda Entidade Fechada de Previdência Complementar deve designar um administrador estatutário tecnicamente qualificado (AETQ), responsável pela gestão, alocação, supervisão, controle de risco e acompanhamento dos recursos garantidores de seus planos e pela prestação de informações relativas à aplicação desses recursos, como estabelece a Resolução CMN nº 4.275 e um administrador responsável pelo plano de benefícios (ARPB), que validará os dados cadastrais e demais informações referentes ao passivo atuarial utilizados em estudos técnicos.

DADOS DO PLANO				
Nome	Plano de Benefício Definido			
Tipo (ou modalidade)	BD			
Meta ou Índice de Referência	INPC + 5,50% ao ano			
CNPB	1986000656			
ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO (AETQ)				
Período	CPF	Segmento	Nome	Cargo
01/01/2017 a 31/12/2017	052.566.177-88	Todos os segmentos	Rafael dos Santos Ferreira	Diretor Adm. e Financeiro
ADMINISTRADOR RESPONSÁVEL PELO PLANO DE BENEFÍCIOS				
01/01/2017 a 31/12/2017	022.400.247-39	Todos os segmentos	Márcio Gomes Vargas	Diretor Superintendente

5.1 Expectativas de Retorno

A expectativa de retorno dos investimentos passa pela definição de um cenário econômico que deve levar em consideração as possíveis variações que os principais indicadores podem sofrer, mensuradas através de um modelo estocástico que observa a volatilidade histórica apresentada por eles para estimar as possíveis variações, dada uma expectativa de retorno. A correlação entre os ativos que já se encontram na carteira e os que são passíveis de aplicação também é uma variável importante para esta definição.

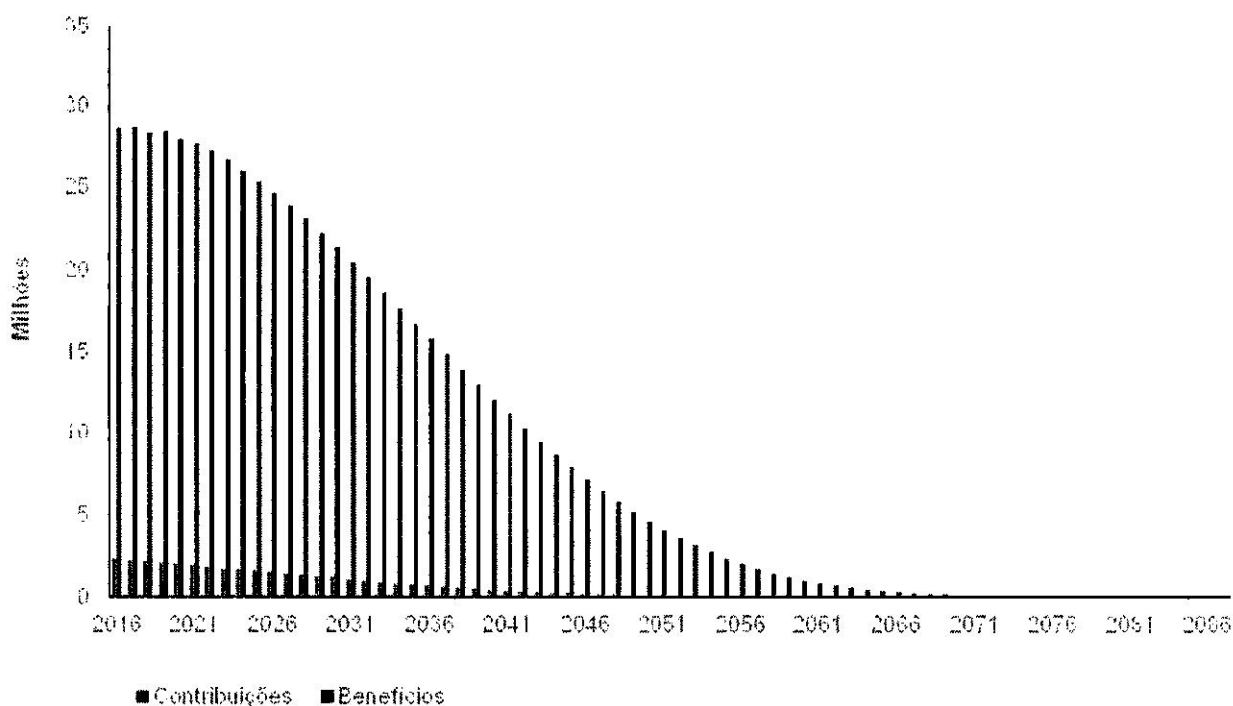
O resultado desta análise se encontra no quadro abaixo que demonstra a expectativa de retorno da Entidade em relação a cada segmento de aplicação, bem como os compara com o que foi observado nos últimos períodos.

Consolidado	4,07%	12,20%	12,20%
Renda Fixa	7,90%	13,68%	11,70%
Renda Variável	-15,40%	14,58%	17,80%
Investimentos Estruturados	9,35%	7,81%	13,80%
Investimentos no Exterior	-	-	-
Imóveis	-0,37%	-1,16%	3,0%
Operações com Participantes	23,49%	11,55%	13,90%

6 Passivo Atuarial

O controle de riscos em planos de previdência passa necessariamente pela identificação do passivo, que pode consistir em obrigações futuras ou expectativas de retorno de acordo com os tipos de plano de benefícios. A avaliação do risco atuarial integrado aos investimentos tem como objetivo assegurar os padrões de segurança econômico-financeira, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos planos de benefícios administrados.

A necessidade cada vez mais latente de uma gestão conjunta entre ativos e passivos torna este tópico de extrema importância para avaliar se a carteira de investimentos está condizente com as necessidades do fluxo de pagamento da Entidade.



Este gráfico representa a distribuição dos fluxos líquidos (benefícios pagos – contribuições) simulados ao longo do tempo com base na evolução do passivo, estando os valores referenciados a preços do ano 2016.

O Estudo de ALM - *Asset Liability Management* (gerenciamento de ativos e passivos) - busca oferecer uma solução mais adequada para definição de regras que objetivam a preservação do equilíbrio e da solvência dos planos tendo como foco a gestão de riscos com base na compreensão dos fatores determinantes no resultado de um plano. O estudo deve ser revisado periodicamente e sua elaboração deve:

- Considerar as classes de ativos elegíveis, bem como dados adicionais de liquidez, risco de mercado, risco de crédito e horizonte de investimentos;
- Apresentar como resultado uma carteira que proporcione retornos compatíveis com a meta atuarial e que minimize a probabilidade de déficit atuarial;
- Adotar os limites para cada classe de ativos respeitando as restrições legais e os limites utilizados para parametrização do modelo.

[Assinaturas manuscritas]

7 Alocação de recursos e limites por segmento de aplicação

A Resolução CMN 3.792 estabelece que os planos devem definir em sua política a alocação de recursos e os limites por segmento de aplicação. Segundo o Guia PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos, os limites máximos e mínimos planejados de cada um dos segmentos e modalidades de investimentos na vigência da política de investimento devem ser representativos da estratégia de alocação de cada plano de benefícios, portanto mais restritivos que a legislação vigente.

A modalidade do plano de benefícios, seu grau de maturação, suas especificidades e as características de suas obrigações, bem como o cenário macroeconômico, determinam as seguintes diretrizes dos investimentos: as metas de resultado do plano de benefícios e dos segmentos de aplicação; a alocação dos recursos nos diversos segmentos; os limites máximos de aplicação em cada segmento e ativo; indexadores e prazos de vencimentos dos investimentos; a escolha por ativos que possuem ou não amortizações ou pagamento de juros periódicos, dentre outros.

A tabela seguinte apresenta os limites de alocação por segmento de aplicação, bem como a alocação objetivo para cada segmento:

Renda Fixa	100%	73,0%	53%	93%
Renda Variável	70%	12,2%	0%	24%
Investimentos Estruturados	20%	4,6%	0%	6%
Investimentos no Exterior	10%	0,0%	0%	5%
Imóveis	8%	8,0%	5%	8%
Operações com Participantes	15%	2,2%	2%	4%

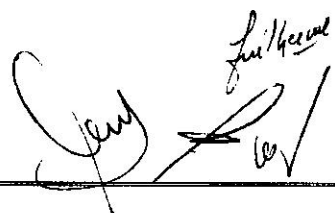
A alocação objetivo não configura nenhuma obrigação para o plano e tem por intuito apenas balizar os investimentos no longo prazo. Os limites inferiores e superiores devem ser respeitados a todo instante, bem como os demais limites estabelecidos pela legislação em vigor.

7.1 Benchmarks por segmento e metas de rentabilidade

A Resolução CMN nº 3.792 exige que as entidades fechadas de previdência complementar definam índices de referência (*benchmarks*) e metas de rentabilidade para cada segmento de aplicação.

Entende-se como índice de referência, ou *benchmark*, para determinado segmento de aplicação o índice que melhor reflete a rentabilidade esperada para o curto prazo, isto é, para horizontes mensais ou anuais, conforme as características do investimento. Esse índice está sujeito às variações momentâneas do mercado.

Por outro lado, a meta reflete a expectativa de rentabilidade de longo prazo dos investimentos realizados em cada um dos segmentos listados a seguir – rentabilidade esta que pode apresentar menor volatilidade e maior aderência aos objetivos do plano.



SEGMENTO	BENEFÍCIOS	TELA DE INVESTIMENTOS
Plano	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Renda Fixa	INPC + 5,50% ao ano	INPC + 5,50% ao ano
Renda Variável	IBOVESPA	INPC + 9,38% ao ano
Investimentos Estruturados	CDI+2,0% a.a.	INPC + 8,31% ao ano
Investimentos no Exterior	MSCI	INPC + 8,27% ao ano
Imóveis	INPC	INPC
Operações com Participantes	INPC + 8,0% ao ano	INPC + 8,0% ao ano

8 Limites

Na aplicação dos recursos, o plano observa os limites estabelecidos por esta Política de Investimento e pela Resolução CMN nº 3.792, alterada pela Resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013 e pela Resolução 4.449 de 20 de novembro de 2015, conforme tabelas abaixo.

8.1 Concentração de recursos por modalidade de investimentos

MODALIDADE DE INVESTIMENTO	Limites	
	LEGAL	Política
Renda Fixa	100%	93%
Títulos da dívida mobiliária federal	100%	93%
Cotas de fundo de índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida pública mobiliária federal	100%	93%
Ativos de renda fixa, exceto títulos da dívida mobiliária federal	80%	75%
Cédulas de crédito bancário (CCB) e certificados de cédulas de crédito bancário (CCCB)	20%	2%
Notas de crédito à exportação (NCE) e cédulas de crédito à exportação (CCE)	20%	2%
Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e de fundo de cotas de FIDCs	20%	2%
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	20%	2%
Cédulas de Crédito Imobiliário (CCI)	20%	2%
Títulos do Agronegócio (CPR; CDCA; CRA e Warrant Agropecuário)	20%	0%
Demais títulos e valores mobiliários (exceto debêntures) de companhias abertas, exceto securitizadoras	20%	0%
Renda Variável	70%	24%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Novo Mercado da BM&FBovespa	70%	10%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 2 da BM&FBovespa	60%	10%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Bovespa Mais da BM&FBovespa	50%	10%
Ações de companhias abertas admitidas à negociação no segmento Nível 1 da BM&FBovespa	45%	10%
Ações sem classificação de governança corporativa + cotas de fundos de índices de ações (ETFs)	35%	15%
Títulos e valores mobiliários de emissão de SPEs, exceto debêntures de infraestrutura	20%	2%
Debêntures com part. nos lucros + Cert. Potencial Adicional de Construção + Crédito de Carbono + Ouro	3%	3%
Investimentos estruturados	20%	6%
Fundos de Participação	20%	3%
Fundos Mútuos de Investimentos em Empresas Emergentes	20%	0%

[Handwritten signatures and initials]

Fundos de Investimento Imobiliário	10%	2%
Fundos Multimercados Estruturados cujos regulamentos observem a legislação estabelecida pela CVM	10%	6%
Investimentos no exterior	10%	5%
Imóveis	8%	8%
Operações com participantes	15%	4%

8.2 Alocação por Emissor

ALOCADO POR EMISSOR	LIMITE	
	LEGAL	POLÍTICA
Tesouro Nacional	100%	100%
Instituição financeira autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
Fundo de Índice de renda fixa composto exclusivamente por títulos da dívida mobiliária federal interna	20%	20%
Debêntures de Infraestrutura	15%	15%
Tesouro Estadual ou Municipal	10%	10%
Companhias abertas com registro na CVM	10%	10%
Organismo Multilateral	10%	10%
Companhias Securitizadoras	10%	10%
Patrocinador do Plano de Benefício	10%	10%
FIDC/FICFIDC	10%	10%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Companhias Abertas	10%	10%
Sociedade de Propósito Específico – SPE	10%	10%
FI/FICFI Classificados no Segmento de Investimentos Estruturados	10%	10%
FI/FICFI Classificados como Dívida Externa no Segmento de Investimentos no Exterior	10%	10%
Fundo de Índice de Renda Fixa	10%	10%
Demais emissores	5%	5%

8.3 Concentração por Emissor

% do Capital Total de uma mesma Companhia Aberta ou de uma mesma SPE	25%*	25%
% do Capital Votante de uma mesma Companhia Aberta	25%	25%
% do PL de uma mesma Instituição Financeira	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice Referenciado em Cesta de ações de Companhia Aberta	25%	25%
% do PL de Fundo de Investimento classificado no Segmento de Investimentos Estruturados	25%	25%
% do PL de FI constituído no Brasil com ativos classificados no Segmento de Investimentos no Exterior	25%	25%
% do PL de Fundos de Índice no Exterior negociados em Bolsa de Valores no Brasil	25%	25%
% do PL de FI ou FICFI classificado como Dívida Externa no segmento Investimentos no Exterior	25%	25%
% do PL de Fundo de Índice de Renda Fixa	25%	25%

[Handwritten signatures and initials]

% do Patrimônio Separado de Certificado de Recebíveis com Regime Fiduciário	25%	25%
---	-----	-----

* O limite passa a ser de 30% para SPE constituída exclusivamente para atuar como concessionária, permissionária, arrendatária ou autorizatória, conforme redação expressa na Resolução Bacen 4.275 de 31 de outubro de 2013.

8.4 Concentração por Investimento

CONCENTRAÇÃO POR INVESTIMENTO	LIMITES	
	LEGAL	POLÍTICA
% de uma mesma série de títulos ou valores mobiliários*	25%	25%
% de uma mesma classe ou série de cotas de FIDC	25%	25%
% de um mesmo empreendimento imobiliário	25%	25%

* Exceto ações, bônus de subscrição de ações, recibos de subscrição de ações, certificados de recebíveis emitidos com adoção de regime fiduciário e debêntures de infraestrutura.

8.5 Limites Específicos

8.5.1 Renda Fixa

Para este tipo de investimento serão mantidas no ano 2017, as mesmas diretrizes gerais utilizadas nos últimos anos. A maior parcela dos recursos deste grupo continuará sendo aplicada em títulos públicos do Governo Brasileiro com correção pós-fixada pelo IPCA, com taxas de juros compatíveis com os compromissos atuariais do plano e prazos de vencimentos adequados ao fluxo de caixa da Entidade. Buscar-se-á levar estes títulos até as datas de seus respectivos vencimentos.

Serão também mantidas aplicações em cotas de fundos abertos de Renda Fixa e em fundos Referenciados ao IMA e ao DI, cujos regulamentos atendam às condições estabelecidas nas Resoluções CMN 3792 e CMN 4.275, e em debêntures.

As aplicações em cotas de fundos abertos deverão ser diversificadas em várias instituições financeiras e ainda observar as seguintes diretrizes:

- Um mínimo de 5 fundos e um máximo de 12 fundos;
- As aplicações em fundos de renda fixa administrados por instituições financeiras de grande atuação no mercado brasileiro (Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander) observarão, em relação aos recursos garantidores do plano, os seguintes limites, para cada instituição: (a) 4% por cada fundo administrado e (b) 6% para o total de fundos administrados;
- As aplicações em fundos de renda fixa administrados pelas demais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro observarão, em relação aos recursos garantidores do plano, os seguintes limites, para cada instituição: (a) 2,5% por cada fundo administrado e (b) 4% para o total de fundos administrados;

Outras modalidades de investimentos poderão ser avaliadas pela Diretoria ao longo do ano, para decisão acerca da conveniência, oportunidade e segurança destas aplicações, tendo em vista o cenário esperado para as taxas de juros na economia brasileira no médio e longo prazo.

8.5.2 Renda Variável

Para o ano 2017 serão mantidas as diretrizes gerais aplicadas no ano 2016, com parte dos recursos aplicados em ações componentes de carteira própria e parte em fundos abertos de ações. Tal estratégia possibilita meios de comparação entre a performance da gestão interna com a gestão externa neste segmento.

Para as aplicações a serem feitas diretamente em ações, o objetivo é manter uma carteira composta entre 5 e 12 papéis de empresas com sólida avaliação econômica e que apresentem grande liquidez.

Para as aplicações em fundos abertos de ações, será exigido que seus regulamentos atendam as condições estabelecidas na Resolução CMN 3792. Estas aplicações também deverão observar a diversificação de aplicações em várias instituições financeiras e em fundos de distintas características, para permitir a diluição de risco e a obtenção de parâmetros de comparabilidade.

Serão, ainda, observadas as seguintes diretrizes:

- Um mínimo de 3 fundos e um máximo de 10 ;
- As aplicações em fundos administrados por instituições financeiras de grande atuação no mercado brasileiro (Banco do Brasil, Banco Itaú, Banco Bradesco e Banco Santander) observarão, em relação aos recursos garantidores do plano, os seguintes limites, para cada instituição: (a) 3% por cada fundo administrado e (b) 5% para o total de fundos administrados;
- As aplicações em fundos administrados pelas demais instituições financeiras que atuam no mercado brasileiro observarão, em relação aos recursos garantidores do plano, os seguintes limites, para cada instituição: (a) 2% por cada fundo administrado e (b) 3,5% para o total de fundos administrados.

8.5.3 Investimentos Estruturados

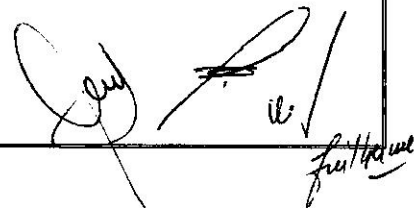
As aplicações neste segmento serão feitas em no mínimo um fundo e no máximo de cinco fundos. A concentração máxima por fundo será de 1,5% e de 2,5% por instituição. A rentabilidade a ser buscada deverá ser superior à meta atuarial do plano.

8.5.4 Investimentos no Exterior

Eventuais aplicações neste segmento serão feitas sempre através de fundos de investimentos que apresentem carteira diversificada de aplicações, e será precedida de análises e avaliações pela diretoria executiva.

8.5.5 Investimento em Imóveis

Os imóveis próprios do Gasius estão todos localizados nas proximidades da região portuária da cidade do Rio de Janeiro. Como consequência do projeto de revitalização desta área portuária, avaliação feita no 2º trimestre do ano de 2013, identificou enorme valorização destes imóveis (dobraram de valor em relação à última avaliação feita no ano 2010), o que fez com que os investimentos neste segmento atingissem cerca de 10% dos recursos garantidores do plano, enquanto o limite máximo previsto pela legislação é de 8%. No decorrer do ano 2014 recebemos 2 correspondências da PREVIC solicitando esclarecimentos sobre o tema e que foram tempestivamente respondidas.



Para solucionar esta situação, o Conselho Deliberativo, atendendo proposta da Diretoria Executiva, aprovou a venda de parte dos imóveis de forma a permitir o enquadramento das aplicações neste segmento, ao percentual de 8% determinado pela legislação. Ocorre que o mercado imobiliário em algumas cidades brasileiras, como é o caso do Rio de Janeiro, atravessa um momento difícil, inclusive com baixa demanda por este tipo de investimento e, inclusive, para locações, e entendemos não ser este o momento mais adequado para a venda de imóveis.

Entretanto, para nos auxiliar neste processo de venda e inclusive nas locações, no final do mês de outubro de 2015, contratamos a APSIS Consultoria Imobiliária, empresa especializada neste segmento e que nos assessorará na busca da melhor época para esta desmobilização, não apenas para atendimento da legislação, mas, também, porque a venda destes ativos faz parte do plano e médio e longo prazo da entidade, pois o plano e Gasius é um plano em extinção e fechado a novas adesões.

8.5.6 Operações com Participantes

Este segmento tem por objetivo o atendimento aos participantes possibilitando-lhes a obtenção de recursos em condições melhores que as oferecidas pelo mercado financeiro e com adequada remuneração à entidade.

Para o ano de 2017 serão mantidas as condições econômicas dos empréstimos adotadas no ano anterior, e se avaliará a conveniência de elevação do teto máximo dos empréstimos, mantidas as atuais condições para garantia do recebimento destes recursos.

9 Derivativos

As operações com derivativos são permitidas, desde que respeitados os limites, restrições e demais condições estabelecidas pela Resolução CMN nº 3.792 e regulamentações posteriores.

O controle da exposição em derivativos será feito por meio do monitoramento:

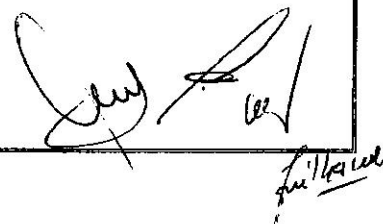
- dos níveis de margem depositada como garantia de operações com derivativos; e
- das despesas com a compra de opções.

O controle da exposição a derivativos deve ser realizado individualmente por veículo de investimento. Os limites devem ser medidos em relação às alocações em:

- Títulos da dívida pública federal;
- Títulos de emissão de instituições financeiras (CDB, RDB, DPGE, etc; e
- Ações integrantes do Índice Bovespa.

A soma dos investimentos nesses ativos deve ser considerada como denominador na conta da exposição, que devem respeitar os seguintes limites:

- Até 15% (quinze por cento) de depósito de margem para operações com derivativos;
- Até 5% (cinco por cento) de despesas com compra de opções.



10 Apreçamento de ativos financeiros

A metodologia para apreçamento deve observar as possíveis classificações dos ativos adotados pela EFPC (para negociação ou mantidos até o vencimento), observado adicionalmente o disposto na Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002.

O apreçamento dos ativos, independentemente da modalidade, será realizado pelo custodiante contratado pela EFPC ou pelo custodiante dos fundos de investimento alocados. Dessa forma, pode-se estabelecer que esse apreçamento estará sujeito aos seguintes pontos:

- **Metodologia:** conforme manual disponibilizado pelo agente custodiante;
- **Fontes:** poderão ser utilizados como fontes de referência os dados divulgados por instituições reconhecidas por sua atuação no mercado de capitais brasileiro, como a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA) e a BM&FBovespa. No caso de ativos com baixa liquidez, autoriza-se o uso de estudos específicos, elaborados por empresas especializados e com reconhecida capacidade;
- **Modalidade:** em geral, os ativos serão marcados a mercado. No caso específico de títulos mantidos até o vencimento, e conforme a legislação aplicável, poderá ser utilizada a marcação na curva de tais ativos.

É recomendável que todas as negociações sejam realizadas através de plataformas eletrônicas e em bolsas de valores e mercadorias e futuros, visando maior transparência e maior proximidade do valor real de mercado.

De acordo com o manual de boas práticas da PREVIC "a verificação do equilíbrio econômico e financeiro dos planos de benefícios depende da precificação dos ativos, ou seja, é preciso que a entidade busque, diretamente ou por meio de seus prestadores de serviços, modelos adequados de apreçamento. A forma de avaliação deve seguir as melhores práticas do mercado financeiro na busca do preço justo, considerando-se ainda a modalidade do plano de benefícios".

O controle da marcação dos papéis é feito por meio de relatórios gerados mensalmente por consultores contratados.

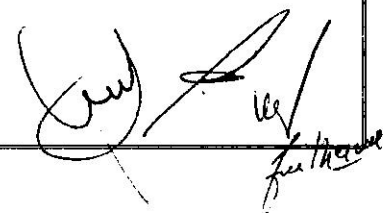
11 Avaliação dos Investimentos

Os investimentos realizados diretamente pela EFPC devem ser objeto de análise prévia. A análise de cada investimento deverá ser feita de acordo com as características específicas do mandato, considerando, no mínimo, os pontos aqui elencados:

- Conformidade com a política de investimento e com a legislação vigente;
- Análise de desempenho progresso do fundo ou do gestor, quando cabível;
- Análise da estrutura do gestor, quando cabível;
- Análise dos principais riscos associados ao mandato;
- Análise do horizonte de investimento e sua adequação com os objetivos do plano.

11.1 Investimentos com risco de crédito

Com relação aos investimentos diretos ou indiretos (por meio de fundos de investimentos) em ativos com risco de crédito, a avaliação dos investimentos pode adotar critérios de análise que não



se limitem à classificação de risco (*rating*) atribuído por agência classificadora. Entre as características a serem avaliadas em operações de crédito, estão:

- Relação entre o prazo e o *spread* de crédito;
- Capacidade de solvência do devedor;
- Garantias e *Covenants* da operação;
- Existência de risco de incorporação ou de performance;
- Ausência de conflitos de interesses, no caso de operações estruturadas (ex. FIDC);
- Demais externalidades que possam afetar a operação.

A análise descrita será elaborada nos casos de aquisição direta de ativos com risco de crédito (em carteira própria ou em fundos exclusivos) ou nos casos de aquisição de cotas de fundos de investimento que tenham como mandato adquirir títulos privados com maior *spread* de crédito. No caso de fundos, como o gestor tem a discricionariedade da alocação, a avaliação será feita com base nas restrições e condições estabelecidas no regulamento do fundo.

É importante ressaltar que muitos fundos de renda fixa e mesmo alguns fundos multimercado realizam aplicações em títulos privados. Em parte dos casos, essas alocações não configuram a estratégia principal do fundo e são feitas de forma pulverizada, privilegiando ativos de primeira linha, com baixo risco de crédito. A avaliação descrita neste capítulo não se destina à alocação em crédito feita por estes fundos.

11.2 Investimentos Estruturados

11.2.1 Fundos Multimercados Estruturados

Os fundos multimercados estruturados estão expostos a diversos fatores de risco o que implica na necessidade do investidor conhecer suas características. A utilização de prerrogativas de investidores qualificados no regulamento do fundo, assim como a dispensa de prospecto, não é recomendada, além de gerar desenquadramento perante a Resolução CMN 3.792.

11.2.1.1 Exposição Cambial

No caso de exposição cambial oriunda de estratégias empregadas por fundos multimercados, os seguintes tópicos podem ser observados:

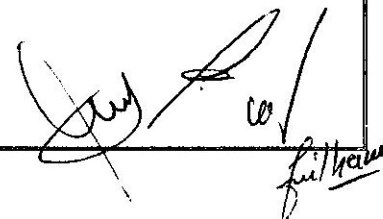
- Se existe proteção ou não para a exposição gerada;
- No caso de não haver proteção, entendimento das moedas envolvidas;
- Ainda nesse caso, possíveis testes de *stress*, considerando movimentos adversos dessas exposições.

11.3 Investimentos no exterior

Para os investimentos no exterior, devem ser avaliados riscos específicos, como a exposição à variação cambial e se as alocações proporcionam efetivamente alguma diversificação ao portfólio.

Nesse contexto, a decisão de investimento em fundos que alocam recursos no exterior pode considerar características como, mas não se limitando a:

- Modalidade de ativos se ações, títulos soberanos de renda fixa, títulos corporativos, etc.;
- Países e regiões em que o fundo tem exposição e em que proporções;

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

- Setores com maior exposição no fundo (ou no índice de referência); e
- Tipo de gestão se passiva, ativa, valor, dividendos, etc.

11.4 Monitoramento dos Investimentos

Os investimentos já realizados devem ser objeto de monitoramento contínuo, com o objetivo de avaliar seu desempenho. Para tanto, os seguintes itens devem ser avaliados:

- Desempenho em relação ao *benchmark*, considerando-se o horizonte de investimento;
- Existência de desenquadramentos;
- Grau de utilização dos limites de risco pré-estabelecidos;
- Alterações na estrutura de gestão.

É importante ressaltar que essa avaliação pode variar de mandato para mandato, em função dos diferentes horizontes de investimento que cada um dos mandatos possui.

12 Gestão de Risco

Em linha com o que estabelece o Capítulo III “Dos Controles Internos e de Avaliação de Risco” da Resolução CMN nº 3792/2009, este tópico estabelece quais serão os critérios, parâmetros e limites de gestão de risco dos investimentos. Da mesma forma, o GUIA PREVIC – Melhores Práticas em Investimentos sugere diversos controles que devem ser levados em consideração quando da análise dos investimentos.

No caso dos investimentos realizados por gestores terceirizados, embora os controles sejam de responsabilidade do gestor, os parâmetros de riscos são verificados periodicamente pela EFPC.

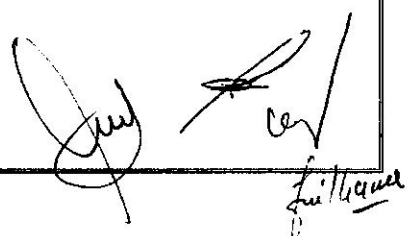
O objetivo deste capítulo é demonstrar a análise dos principais riscos, destacando a importância de se estabelecer regras que permitam identificar, avaliar, mensurar, controlar e monitorar os riscos aos quais os recursos do plano estão expostos, entre eles os riscos integrados, atuarial, de solvência, de mercado, de crédito, de liquidez, operacional, de terceirização, legal e sistêmico. Esse tópico disciplina ainda o monitoramento dos limites de alocação estabelecidos pela Resolução CMN nº 3792/2009 e por esta Política de Investimento.

12.1 Risco Integrado

Será mantido o atual fluxo de informações que são periodicamente enviadas aos conselhos deliberativo e fiscal, relativas ao resumo das contas contábeis, detalhamento das despesas, enquadramento das aplicações, rentabilidades por segmento comparadas com seus respectivos benchmarks, composição dos investimentos, Divergência Não Planejada – DNP, e outras informações relevantes relacionadas aos atos de maior importância praticados pela Diretoria Executiva.

A identificação dos riscos e a observância dos controles apresentados passam a ser primeira etapa para implantação de uma matriz de riscos pela Entidade, contribuindo com a busca por uma gestão baseada em risco.

Para minimizar possíveis ônus financeiros decorrentes dos riscos existentes nos planos, foram definidos controles que estão descritos de forma mais detalhadas nos capítulos seguintes.



12.2 Risco Atuarial

O risco atuarial é proveniente da não aderência das hipóteses biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas na estimativa do cálculo do passivo e, conseqüentemente, dos recursos necessários para a fundação honrar com os benefícios a serem pagos aos participantes do plano. Esses compromissos variam de acordo com a modalidade do plano de benefícios e com as especificidades definidas em seus regulamentos. Como regra geral, porém, cabe às entidades fechadas de previdência complementar manter o nível de reservas adequado para fazer frente às obrigações previdenciárias.

De acordo com a Resolução nº 18, de 28 de março de 2006, do Conselho de Gestão da Previdência Complementar, alterada pela Resolução nº 15, de 19 de novembro de 2014, do Conselho Nacional de Previdência Complementar, a Entidade deve realizar a confrontação entre as probabilidades de ocorrência de morte ou invalidez constantes da tábua biométrica utilizada em relação àquelas constatadas junto à massa de participantes e assistidos considerando, no mínimo, o período histórico dos últimos três exercícios, e confrontar a convergência entre a taxa real de juros estabelecida nas projeções atuariais e a taxa de retorno real projetada para as aplicações dos recursos garantidores.

A mesma Resolução determina ainda que compete ao Conselho Fiscal da Entidade Fechada atestar, mediante fundamentação e documentação comprobatória, a existência de controles internos destinados a garantir o adequado gerenciamento dos riscos atuariais.

12.3 Risco de Mercado

Segundo o Art. 13 da Resolução CMN nº 3792/2009, as entidades devem acompanhar e gerenciar o risco e o retorno esperado dos investimentos diretos e indiretos com o uso de modelo que limite a probabilidade de perdas máximas toleradas para os investimentos.


Em atendimento ao que estabelece a legislação, o acompanhamento do risco de mercado será feito através de duas ferramentas estatísticas: (i) *Value-at-Risk (VaR)* e (ii) *Stress Test*. O *Value-at-Risk* estima, com base em um intervalo de confiança e em dados históricos de volatilidade dos ativos presentes na carteira analisada, qual a perda máxima esperada nas condições atuais de mercado. O *Stress Test* avalia, considerando um cenário em que há forte depreciação dos ativos e valores mobiliários (sendo respeitadas as correlações entre os ativos), qual seria a extensão das perdas na hipótese de ocorrência desse cenário.

Também será utilizado o *Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)*, modelo que aponta, com um grau de confiança e para um horizonte de tempo pré-definido, qual a perda esperada em relação à carteira teórica do índice de referência, para um dado horizonte de tempo, com um nível de confiança pré-estabelecido.

Cabe apontar que os modelos de controle apresentados nos tópicos a seguir foram definidos com diligência, mas estão sujeitos a imprecisões típicas de modelos estatísticos frente a situações anormais de mercado.

12.3.1 VaR

Para o consolidado dos segmentos, o controle de risco de mercado será feito por meio do *Value-at-Risk (VaR)*, com o objetivo da Entidade controlar a volatilidade da cota do plano de benefícios. Este será calculado com os seguintes parâmetros:



- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

O controle de riscos deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO (D.U.)
Consolidado	7,00%	21
Renda Fixa	9,00%	21
Renda Variável	20,00%	21

12.3.2 Benchmark-VaR

Para os investimentos em mandatos ou para a carteira que tenha como objetivo o *benchmark*, o controle de risco de mercado será feito por meio do *Benchmark Value-at-Risk (B-VaR)*. Ele pode ser entendido como uma medida que estabelece o descolamento máximo entre o retorno da carteira/mandato e de seu *benchmark*, para um dado horizonte de tempo, com um nível de confiança pré-estabelecido.

O cálculo do *B-VaR* considerará:

- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte de Investimento: 21 dias úteis.

O controle de riscos a ser adotado para a parcela marcado a mercado deve ser feito de acordo com os seguintes limites:

MANDATO/SEGMENTO	LIMITE	HORIZONTE DE TEMPO (D.U.)
Renda Fixa – Mandato Híbrido (composição de IMA-B + CDI)	70% CDI + 30% IMA-B	2,00%
		21

Os limites e os objetivos estipulados foram encontrados através da expectativa de retorno definida no cenário para cada mandato/segmento, ou ainda no *spread* exigido para que se obtenha um equilíbrio entre o passivo e o ativo. A relação entre retorno e risco é uma das premissas inseridas neste modelo de mensuração, que ainda conta com a definição do horizonte de tempo e do intervalo de confiança utilizado.

12.3.3 Stress Test

A avaliação dos investimentos em análises de *stress* passa pela definição de cenários que consideram mudanças bruscas em variáveis importantes para o apereçamento dos ativos, como taxas de juros e preços de determinados ativos.

Embora as projeções considerem as variações históricas dos indicadores, os cenários de *stress* não precisam apresentar relação com o passado, uma vez que buscam simular futuras variações adversas.

Para o monitoramento do valor de *stress* da carteira, serão utilizados os seguintes parâmetros:

- Cenário: BM&F
- Periodicidade: mensal

O modelo adotado para as análises de *stress* é realizado por meio do cálculo do valor a mercado da carteira, considerando o cenário atípico de mercado e a estimativa de perda que ele pode gerar.

Cabe registrar que essas análises não são parametrizadas por limites, uma vez que a metodologia considerada pode apresentar variações que não implicam, necessariamente, em possibilidade de perda. O acompanhamento terá como finalidade avaliar o comportamento da carteira em cenários adversos para que os administradores possam, dessa forma, balancear melhor as exposições.

12.4 Risco de Crédito

Entende-se por risco de crédito aquele risco que está diretamente relacionado à capacidade de uma determinada contraparte de honrar com seus compromissos. Esse risco pode impactar a carteira de duas formas:

- Diminuição do valor de determinado título, em função da piora da percepção sobre o risco de a contraparte emissora realizar o pagamento;
- Perda do valor investido e dos juros incorridos e ainda não pagos.

A gestão do risco de crédito será realizada considerando principalmente os *ratings* dos títulos de dívida bancária ou corporativa, ou das operações de crédito estruturadas, sem prejuízo às análises realizadas antes da aquisição dos ativos.

12.4.1 Abordagem Qualitativa

O risco de crédito dos investimentos do plano será avaliado com base em estudos e análises produzidos por gestores que invistam em crédito, pela própria Entidade ou contratados junto a prestadores de serviço.

A Entidade utilizará para essa avaliação os *ratings* atribuídos por agência classificadora de risco de crédito atuante no Brasil. Os ativos serão enquadrados em duas categorias:

- Grau de Investimento;
- Grau Especulativo.

Para checagem do enquadramento, os títulos privados devem, a princípio, ser separados de acordo com suas características. Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Para títulos emitidos por instituições financeiras, será considerado o *rating* da instituição;
- Para títulos emitidos por instituições não financeiras, será considerado o *rating* da emissão, e não o *rating* da companhia emissora;

É preciso verificar se a emissão ou emissor possui *rating* por uma das agências elegíveis e se a nota é, de acordo com a escala da agência no mercado local, igual ou superior à classificação mínima apresentada na tabela a seguir:



[Handwritten signatures and initials]

Agência de Classificação de Risco	Emissões Bancárias		Emissões Corporativas		Crédito Estruturado	
	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo
Fitch Ratings	BBB(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)	A-(bra)	F3(bra)
Moody's	Baa2.br	BR-3	A3.br	BR-3	A3.br	BR-3
Standard & Poor's	brBBB	brA-3	brA-	brA-3	brA-	brA-3
SR Rating	brBBB	N/A	brA-	N/A	brA-	N/A
Liberum Ratings	BBB	CP3	A-	CP3	A-	CP3
LF Ratings	BBB	N/A	A-	N/A	A-	N/A
Austin Asis	brBBB	brA-3	brA-	brA-3	brA-	brA-3

Os investimentos que possuírem *rating* igual ou superior às notas indicadas na tabela serão enquadrados na categoria Grau de Investimento, desde que observadas as seguintes condições:

- Os títulos ou emissores que não possuem *rating* pelas agências elegíveis (ou que tenham classificação inferior às que constam na tabela) devem ser enquadrados na categoria "Grau Especulativo";
- Caso duas agências elegíveis classifiquem o mesmo papel ou emissor, será considerado, para fins de enquadramento, o pior *rating*;
- O enquadramento dos títulos ou emissores será feito com base no *rating* vigente na data da verificação da aderência das aplicações à política de investimento.

As agências de classificação de risco utilizadas na avaliação dos ativos de crédito privado domiciliadas no país devem estar registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). No caso de agências domiciliadas no exterior, essas devem ser reconhecidas pela CVM.

12.4.2 Exposição a Crédito Privado

O controle da exposição a crédito privado é feito através do percentual de recursos alocados em títulos privados, considerada a categoria de risco dos papéis. O controle do risco de crédito deve ser feito em relação aos recursos garantidores, de acordo com os seguintes limites:

Grau de investimento + Grau especulativo	75%
Grau especulativo	5%

O limite para títulos classificados na categoria grau especulativo visa comportar eventuais rebaixamentos de *ratings* de papéis já integrantes da carteira de investimentos, papéis que já se enquadram nesta categoria e eventuais ativos presentes em fundos de investimentos condominiais (mandato não discricionário). Nesse sentido, o limite acima previsto não deve ser entendido, em nenhuma hipótese, como aval para aquisição de títulos que se enquadrem na categoria "grau especulativo" por parte dos gestores exclusivos das carteiras e fundos.

Os seguintes pontos devem, adicionalmente, ser considerados:

- Aplicações em DPGE (Depósitos a Prazo com Garantia Especial) serão sempre consideradas como "Grau de Investimento", desde que sejam respeitados os limites de cobertura de R\$ 20 milhões do FGC (Fundo Garantidor de Créditos) por instituição;
- Sempre será considerada a classificação mais recente obtida pela emissão ou pelo emissor, independentemente do prazo para vencimento da operação;

- Se não houver *rating* válido atribuído, este será automaticamente enquadrado como “Grau Especulativo”.

12.5 Risco de Liquidez

O risco de liquidez compreende o risco de ocorrência das seguintes situações:

- Indisponibilidade de recursos para cumprimento de suas obrigações atuariais (Passivo);
- Posições em determinados ativos que estejam sujeitos a variações abruptas de preço por liquidez baixa ou inexistente (Ativo).

Os itens a seguir detalham as características destes riscos e a forma como eles serão geridos.

É importante registrar que os instrumentos de controle apresentados são baseados em modelos estatísticos, que por definição estão sujeitos a desvios decorrentes de aproximações, ruídos de informações ou de condições anormais de mercado.

Serão adotados os seguintes mecanismos de controle para mitigação desses riscos:

CONTROLES DO RISCO DE LIQUIDEZ	
Risco	Controles adotados
Cotização de Fundos de Investimento	• Observação das regras para solicitação de resgates, cotização e pagamento de resgates;
	• Observação do prazo de duração do fundo, no caso de fundos fechados.
Liquidez de Ativos	• Observação dos limites de concentração e diversificações estabelecidos pela legislação vigente;
	• Observação da liquidez do mercado secundário.
Pagamento de Obrigações	• O risco de cumprimento das obrigações é continuamente monitorado e os estudos de macroalocação consideram essa premissa.

12.6 Risco Operacional

O Risco Operacional caracteriza-se como “a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos”. A gestão será decorrente de ações que garantam a adoção de normas e procedimentos de controles internos, alinhados com a legislação aplicável.

Dentre os procedimentos de controle podem ser destacados:

- Conhecimento e mapeamento profundo de seus procedimentos operacionais;
- Avaliação dos pontos sujeitos a falhas de qualquer tipo;
- Avaliação dos impactos das possíveis falhas;
- Avaliação da criticidade de cada processo, em termos dos erros observados e dos impactos causados.
- A definição de rotinas de acompanhamento e análise dos relatórios de monitoramento dos riscos descritos nos tópicos anteriores;
- O estabelecimento de procedimentos formais para tomada de decisão de investimentos;
- Acompanhamento da formação, desenvolvimento e certificação dos participantes do processo decisório de investimento; e
- Formalização e acompanhamento das atribuições e responsabilidade de todos os envolvidos no processo de planejamento, execução e controle de investimento.

As atividades críticas são revistas de forma prioritária, e as demais são revistas conforme a necessidade. Esse processo é realizado rotineiramente, de forma a prover a segurança necessária.

12.7 Risco de Terceirização

Na administração dos recursos financeiros há a possibilidade de terceirização total ou parcial dos investimentos da Entidade. Esse tipo de operação delega determinadas responsabilidades a gestores externos, porém não isenta a Entidade de responder legalmente perante os órgãos fiscalizadores.

Neste contexto, o modelo de terceirização exige que a fundação tenha um processo formalizado para escolha e acompanhamento de seus gestores externos, exatamente em linha com o que estabelece o Guia de Melhores Práticas para Investimentos PREVIC em seu item 63: "O procedimento de seleção dos gestores, pela EFPC, deve conter histórico, justificativas, documentação relacionada, entre outros."

Além disso, há o acompanhamento, com assessoria de consultoria especializada, dos seguintes pontos relativos aos gestores terceirizados:

- Alterações profundas na estrutura da instituição gestora dos recursos;
- Mudanças na equipe principal;
- Mudança de perfil de risco dos investimentos;
- Eventuais desenquadramentos.

Com isso, o risco de gestão e, conseqüentemente, o risco de terceirização é minimizado.

12.7.1 Processo de Seleção e Avaliação de Gestores

Na gestão dos investimentos há espaço para duas formas básicas de gestão: passiva e ativa.

Na gestão passiva, a estratégia de investimento consiste em "replicar" um índice de referência (*benchmark*), visando manter o desempenho da carteira próximo à sua variação.

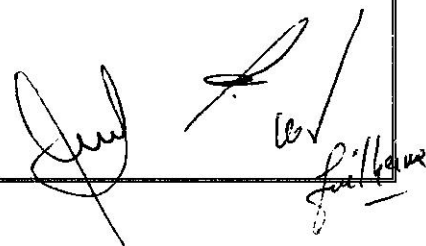
Na gestão ativa, a estratégia de investimento consiste em obter uma rentabilidade superior ao de determinado índice de referência (*benchmark*). Isso significa que o gestor procura no mercado as melhores alternativas de investimento visando atingir esse objetivo.

Por esses motivos, a avaliação do desempenho dos gestores de recursos deve levar em consideração essas características dos mandatos e métricas de desempenho.

O processo de seleção e avaliação de gestores deve levar em consideração aspectos qualitativos e quantitativos na análise, de forma que consiga diferenciar os gestores através de mensuração de seus indicadores. A escolha de uma amostra comparável é essencial neste tipo de análise, uma vez que há um número amplo de estratégias utilizadas pelo mercado, e a segregação em mandatos mencionada neste documento contribui para esta diferenciação.

A metodologia escolhida deve conter as seguintes variáveis:

- Janelas utilizadas;
- Pesos;
- Indicadores Qualitativos; e
- Indicadores Quantitativos.



12.8 Risco Legal

O risco legal está relacionado à não conformidade com normativos internos e externos, podendo gerar perdas financeiras procedentes de autuações, processos judiciais ou eventuais questionamentos. O controle dos riscos dessa natureza, que incidem sobre atividades e investimentos, será feito por meio:

- Da realização de relatórios de *compliance*, que permitam verificar a aderência dos investimentos às diretrizes da legislação em vigor e à política de investimento, realizados com periodicidade mensal e analisados pelo Conselho Fiscal;
- Da utilização de pareceres jurídicos para contratos com terceiros, quando necessário.

12.9 Risco Sistêmico

O risco sistêmico se caracteriza pela possibilidade de que o sistema financeiro seja contaminado por eventos pontuais, como a falência de um banco ou de uma empresa. Apesar da dificuldade de gerenciamento deste risco, ele não deve ser relevado. É importante que ele seja considerado em cenários, premissas e hipóteses para análise e desenvolvimento de mecanismos de antecipação de ações aos eventos de risco.

Para o monitoramento do risco sistêmico será calculado o *VaR* da carteira consolidada.

O cálculo do *VaR* considerará:

- Modelo: Paramétrico.
- Intervalo de Confiança: 95%.
- Horizonte: 21 dias úteis.

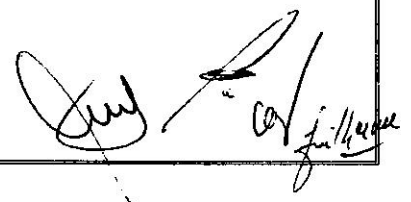
Outra forma de monitorar o risco sistêmico será através do cálculo de perda da carteira consolidada em cenário de *Stress*. Os parâmetros de *Stress* serão determinados por cenários da BM&FBOVESPA.

Para tentar reduzir a suscetibilidade dos investimentos a esse risco, a alocação dos recursos deve levar em consideração os aspectos referentes à diversificação de setores e emissores, bem como a diversificação de gestores externos de investimento, visando mitigar a possibilidade de inoperância desses prestadores de serviço em um evento de crise. Parte significativa dos recursos será mantida em títulos soberanos e buscará priorizar o investimento em títulos e valores mobiliários que disponham de garantias.

13 Contratação de Agentes Fiduciários

A contratação de agentes fiduciários, tal como gestores, custodiantes, administradores e consultores, deve ser precedida de análise da capacidade técnica desses prestadores de serviços, a partir de métricas adequadas a cada uma de suas funções.

Somente poderão ser contratados aqueles prestadores que cumpram as exigências mínimas previstas pela Resolução CMN nº 3.792 quanto a seus cadastros e certificações junto aos órgãos competentes. Adicionalmente, serão observadas as questões de conflitos de interesse, sempre visando à inexistência de tais situações, sobretudo nas questões relacionadas à gestão de recursos, avaliação de riscos e enquadramento.



14 Desenquadramentos

Apesar de todos os esforços para que não haja nenhum tipo de desenquadramento, esse tipo de situação não pode ser totalmente descartado. No caso de ocorrência de desenquadramento, os seguintes procedimentos mínimos devem ser observados:

- O desenquadramento ocasionado por erros ou falhas internas deve gerar procedimento de revisão de processos, e adequação formal dos mesmos;
- O desenquadramento gerado por descumprimento da legislação, no que concerne aos recursos investidos, deve gerar sanções ao gestor de recursos, que podem ir desde sua advertência formal até o resgate da totalidade dos recursos investidos.
- Os desenquadramentos gerados de natureza passiva não são considerados como infringência aos limites da legislação vigente, sendo que o reenquadramento deverá ser realizado conforme os ditames legais.

15 Observação dos princípios socioambientais

Os princípios socioambientais podem ser entendidos como um conjunto de regras que visam favorecer o investimento em companhias que adotam, em suas atividades ou através de projetos, políticas de responsabilidade socioambiental.

A maneira mais comum de adoção desse conjunto de regras ocorre por meio da adesão a protocolos ou iniciativas lideradas por órgãos da sociedade civil e organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU).

A observância dos princípios socioambientais na gestão dos recursos depende, portanto, da adequação do processo de tomada de decisões, de forma que os administradores da entidade tenham condições de cumprir regras de investimento responsável.

Como a entidade possui uma estrutura enxuta e focada no controle de riscos, decidiu-se que ao longo da vigência desta política, os princípios socioambientais serão observados sempre que possível, sem adesão a protocolos e regras. A entidade procurará pautar-se por seu entendimento sobre a responsabilidade socioambiental antes de qualquer tomada de decisão.

Datas das aprovações

Pela Diretoria Executiva: Conforme ATA de 07 de dezembro de 2016.

Pelo Conselho Deliberativo: Conforme ATA de 13 de dezembro de 2016

Envio ao Conselho Fiscal: Em 07 de dezembro de 2016

